

# Da onguização a um novo internacionalismo: as transformações nas articulações feministas transnacionais na América Latina no século XXI

Gabriela M. Kyrillos\*  
Rosângela Schulz\*\*

## RESUMO

O internacional tem sido historicamente um espaço central para a articulação política feminista pelo menos desde o início do século XX. Especialmente a partir dos processos de redemocratização dos países da América Latina nos anos 1980, a onguização de parcela dos movimentos feministas representou o direcionamento de parte de suas demandas para instituições *mainstream*, como os Estados e as Organizações Internacionais.

No século XXI, a globalização e a internet intensificaram as interações transnacionais, permitindo a circulação de ideias e práticas feministas de modo menos institucionalizado. Protestos como os promovidos pelo *Ni Una Menos* argentino, assim como a Greve Internacional de Mulheres no 8 de março de 2017, se constituíram em dinâmicas online-offline com repercussões, reapropriações e recriações em distintos países. Contudo, sem utilizar as mesmas estruturas organizativas das práticas feministas anteriores.

---

\* Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (Brasil). Docente, Universidade Federal do Rio Grande (FURG) (Brasil). [gabrielamkyrillos@gmail.com]; [https://orcid.org/0000-0001-7237-4210].

\*\* Doutorado em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) (Brasil). Docente, Universidade Federal de Pelotas (Brasil) [rosangelaschulz@gmail.com]; [https://orcid.org/0000-0001-8820-5083].

Recibido: 2 de diciembre de 2024 / Modificado: 11 de marzo de 2025 / Aceptado: 20 de marzo de 2025

Para citar este artículo:

Kyrillos, G. M. y Schulz, R. (2025). Da onguização a um novo internacionalismo: as transformações nas articulações feministas transnacionais na América Latina no século XXI. *Oasis*, 42, 69-92.

doi: <https://doi.org/10.18601/16577558.n42.04>

Este artigo, de caráter qualitativo e baseado em uma revisão bibliográfica, analisa esse “novo internacionalismo” ou “imaginário transnacional dos protestos”, a partir das ações do coletivo argentino *Ni Una Menos*. Entendemos esse novo internacionalismo como uma transformação qualitativa nas formas de construir ações coordenadas transnacionalmente, com parte significativa das atividades organizativas ocorrendo online. Ao mesmo tempo, no caso do *Ni Una Menos*, essas ações têm a importante característica de estarem territorialmente situadas, renovando práticas organizativas locais. Esse processo envolve uma tradução política, que atua como um mecanismo de articulação entre diferentes línguas, discursos e formas de ação.

**Palavras-chave:** movimentos feministas; *Ni Una Menos*; transnacional; novo internacionalismo; América Latina

## **From NGO-ization to a New Internationalism: Transformations in Transnational Feminist Articulations in Latin America in the 21st Century**

### **ABSTRACT**

The international sphere has historically been a central space for feminist political articulation, at least since the early 20th century. Particularly following the democratization processes in Latin American

countries in the 1980s, the NGO-ization of a segment of feminist movements led to the channeling of some of their demands toward mainstream institutions, such as states and international organizations. In the 21st century, globalization and the internet have intensified transnational interactions, enabling the circulation of feminist ideas and practices in a less institutionalized manner. Protests such as those organized by Argentina’s *Ni Una Menos*, as well as the International Women’s Strike on March 8, 2017, emerged as online-offline dynamics with repercussions, reappropriations, and reinterpretations in different countries. However, they did not employ the same organizational structures as previous feminist practices. This qualitative, literature-based article analyzes this “new internationalism” or “transnational protest imaginary,” particularly through the actions of the Argentine collective *Ni Una Menos*. We understand this new internationalism as a qualitative transformation in the ways transnationally coordinated actions are built, with a significant portion of organizational activities occurring online. At the same time, in the case of *Ni Una Menos*, these actions have the crucial characteristic of being territorially situated, renewing local organizational practices. This process involves a form of “political translation,” which acts as a mechanism for articulating different languages, discourses, and forms of action.

**Keywords:** feminist movements; *Ni Una Menos*; transnational; new internationalism; Latin America.

## De la ONGización a un nuevo internacionalismo: transformaciones en las articulaciones feministas transnacionales en América Latina en el siglo XXI

### RESUMEN

El ámbito internacional ha sido históricamente un espacio central para la articulación política feminista, al menos desde principios del siglo XX. En particular, a partir de los procesos de redemocratización de los países de América Latina en la década de los ochenta, la ONGización de una parte de los movimientos feministas representó la canalización de algunas de sus demandas hacia instituciones dominantes, como los Estados y las organizaciones internacionales. En el siglo XXI, la globalización e internet han intensificado las interacciones transnacionales, permitiendo la circulación de ideas y prácticas feministas de una manera menos institucionalizada. Protestas como las promovidas por Ni Una Menos en Argentina, así como la Huelga Internacional de Mujeres del 8 de marzo de 2017, se constituyeron en dinámicas *online-offline* con repercusiones, reapropiaciones y recreaciones en distintos países. Sin embargo, no recurrieron a las mismas estructuras organizativas de las prácticas feministas anteriores. Este artículo, de carácter cualitativo y basado en una revisión bibliográfica, analiza este “nuevo internacionalismo” o “imaginario

transnacional de las protestas”, en particular, a partir de las acciones del colectivo argentino Ni Una Menos. Entendemos este nuevo internacionalismo como una transformación cualitativa en las formas de construir acciones coordinadas transnacionalmente, con una parte significativa de las actividades organizativas ocurriendo en línea. Al mismo tiempo, en el caso de Ni Una Menos, estas acciones tienen la importante característica de estar territorialmente situadas, renovando prácticas organizativas locales. Este proceso implica una “traducción política”, que actúa como un mecanismo de articulación entre diferentes lenguas, discursos y formas de acción.

**Palabras clave:** movimientos feministas; Ni Una Menos; transnacional; nuevo internacionalismo; América Latina.

### INTRODUÇÃO

As mobilizações coletivas realizadas principalmente na Europa e nos Estados Unidos na década de 1960, que não se baseavam na classe, mas em categorias como raça e gênero, não se adequaram a nenhum dos esquemas teóricos do século XX sobre movimentos sociais, como o Marxismo e o Funcionalismo (Alonso, 2009). Assim, esse fenômeno novo, demandou novas explicações (Alonso, 2009).

Conforme a síntese de Maria da Glória Gohn (1997), uma dessas explicações, que incluía os feminismos, veio do paradigma dos Novos Movimentos Sociais (NMS), surgido na Europa. Esse paradigma rejeitou o

Marxismo clássico por sua incapacidade de explicar ações coletivas que iam além dos aspectos estruturais e econômicos, propondo um sujeito coletivo difuso, crítico dos efeitos da modernidade e fundamentado em valores tradicionais e comunitários (Gohn, 1997).

Os movimentos feministas, que nesse período se reavivaram especialmente nos Estados Unidos e na Europa, costumam ser teoricamente enquadrados nesse paradigma. Eles se alinham no que se conveniou chamar de segunda onda feminista<sup>1</sup>, com demandas voltadas para questões sociais, culturais e políticas, como direitos reprodutivos, liberdade sexual e igualdade de acesso ao mercado de trabalho. O paradigma dos NMS entende que, ao longo do século XX, houve uma mudança macroestrutural, deslocando o foco do capitalismo do trabalho e da produção industrial para uma nova sociedade, na qual a dominação seria eminentemente cultural, pelo controle da informação, o que geraria novas agendas de reivindicação (Alonso, 2009). Portanto, desde a segunda metade do século XX, reconhece-se a pluralidade de sujeitos(as) e causas que caracterizam os movimentos sociais. Nos feminismos, em particular na América Latina, as últimas décadas do século XX teve seu cenário marcado pela busca dos Estados nacionais, sob a égide de Organizações Internacionais, por incorporar as mulheres

nas políticas de desenvolvimento (Marco, 2010), alinhado com uma perspectiva liberal dos direitos humanos e os processos de retomadas democráticas na região. Na primeira seção deste artigo, analisamos esse panorama no qual a internacionalização gerou a hegemonia de um feminismo liberal reformista que sustentava suas ações na onguização como prática de ação local, com o propósito de contextualizar os feminismos latino-americanos nesse período.

Na segunda seção, nos dedicamos ao contexto de renovação dos protestos feministas nas primeiras décadas do século XXI a partir do entendimento dos feminismos na América Latina como movimentos/ações transnacionais (Bringel e Cabezas González, 2014). A transnacionalização dos movimentos feministas desde as últimas décadas do século XX impactou no âmbito das relações entre os Estados, internamente nos países e em outros atores tradicionais das Relações Internacionais, como são as Organizações Internacionais (Adami e Plesch, 2022). Priorizaremos, em particular, as ações do coletivo *Ni Una Menos* (NUM), suas estratégias de mobilização e repercussão internacional.

Assim sendo, esse estudo é inspirado pela proposta de Sonia Alvarez (2019) de compreender a atuação dos movimentos feministas na América Latina nas primeiras

---

1 Enquanto movimento social, algumas autoras sistematizam didaticamente o feminismo em ondas, ou seja, períodos nos quais predominam certas particularidades muito marcantes como narrativas prioritárias de reivindicações. Essa é hoje uma linearidade bastante questionável por pretender construir uma história unificada para um movimento com características diversas e temporalidades distintas.

décadas do século XXI, sem se deter em narrativas que definem sucessos ou fracassos. Priorizaremos a compreensão a partir da construção de linguagens e gramáticas capazes de nos permitir mapear esses feminismos enquanto impactam uns aos outros, se movem e se transformam. Ao mesmo tempo, que reconhecemos a importância das elaborações teóricas de períodos anteriores sobre as atuações feministas e observamos suas limitações para a compreensão das ações no tempo presente.

### **FEMINISMOS NA AMÉRICA LATINA NO FINAL DO SÉCULO XX: DEMOCRACIA, DESENVOLVIMENTO E ONGUIZAÇÃO**

Não existe uma única teoria ou um único feminismo latino ou sul-americano. A pluralidade e complexidade do campo torna inevitável a qualquer pessoa que pesquise sobre essa temática lidar com a ausência de unicidade.

Uma autora que largamente tem se dedicado a compreender esta região é Sonia Alvarez (2014, p. 16), para quem os movimentos feministas na América Latina podiam ser entendidos enquanto “campos discursivos de ação”. O que comumente tem sido apresentado como “ondas do feminismo” seria mais bem entendido pelo fato de

que, em momentos distintos, diferentes “[...] atoras/es ou vertentes ganham maior ou menor visibilidade política e cultural, e maior ou menor acesso ao microfone público e aos recursos materiais e culturais, às vezes conseguindo se estabelecer como hegemônicos” (p. 18). Portanto, Alvarez sugeriu se aproximar da história dos feminismos reconhecendo que esta nunca foi unificada, como fez parecer uma certa história oficial ou mito de origem que dividiu historicamente o feminismo (no singular) em ondas.

Assim, Alvarez (1998, 2014) construiu uma análise dos feminismos, nas últimas décadas do século passado, como um campo de ação discursivo e heterogêneo que já surgiu plural. A atuação de mulheres negras, indígenas, pobres, lésbicas, bissexuais, transexuais, deficientes, dentre outras, já existia na década de 1970, enquanto reivindicações feministas, mas foram rotuladas como “o outro” de um movimento que se pretendia detentor de uma narrativa universal.

Os processos de redemocratização dos países latino-americanos com o fim das ditaduras civis-militares aproximaram os movimentos feministas dos movimentos pelos direitos humanos e de suas gramáticas. Assim, feministas latino-americanas foram parte importante da construção internacional do que se compreende por direitos

---

2 Conforme sistematizado por Katherine M. Marino, desde a década de 1920 se estabelecem movimentos latino-americanos que articulam em âmbito internacional uma diplomacia pelos direitos das mulheres. A partir das décadas de 1930 e 1940, conectam as reivindicações pelos direitos das mulheres com o que começa a ser nomeado como direitos humanos internacionais, “[...] based on multiple and inter-connected grassroots struggles against fascism, racism, and imperialist capitalism” (Marino, 2022, pp. 1-2).

humanos das mulheres (Marino, 2022)<sup>2</sup>, ao mesmo tempo em que essa estrutura internacional influenciou os modos feministas de organização, em especial diante da institucionalidade necessária para estarem adequados aos critérios estabelecidos por organismos internacionais como a ONU.

Esse panorama gerou tensões entre feministas institucionalistas e autônomas, que marcaram as disputas nos campos teórico e prático dos feminismos nas décadas de 1980 e 1990. Ao mesmo tempo que a partir dos anos 1980, o conceito de gênero foi útil para que as feministas conseguissem melhor se articular com outras mobilizações – como aquelas em defesa da democracia e dos direitos humanos – ele também foi instrumentalizado para servir aos interesses das agendas neoliberais (Alvarez, 1998, 2014). Esse contexto de mudança de oposição aos Estados para uma negociação-crítica, modifica o cenário político de todos os países da América Latina, que passam a incorporar mecanismos especializados para promover e monitorar políticas de gênero (Alvarez, 1998). Isso significou uma tensão entre as feministas que consideravam a institucionalização como caminho necessário e aquelas que defendiam uma maior autonomia organizativa frente ao poder estatal e das organizações internacionais.

O processo de incorporação parcial das reivindicações por igualdade de gênero por parte de governos e organizações de cunho liberal ou neoliberal pôde ser lido como um modo de despolitização do gênero e onguização de setores feministas

latino-americanos (Alvarez, 2014). Essa reorganização do campo significou, para Silvia Federici (2019), uma incorporação colonizadora da ONU sobre os movimentos feministas. De modo semelhante, Ochy Curiel (2006) identifica que, como no campo dos feminismos afrolatinoamericanos, a institucionalização sob a égide da ONU tornou o movimento mais reformista e menos crítico.

Ainda que essas tensões entre institucionalistas e autônomas possam perdurar em alguns contextos pontuais, se tornaram menos relevantes no início do século XXI. Isso se dá, de um lado, pela hegemonia discursiva sobre a importância da arena internacional, especialmente a partir da globalização, e quando o cenário de oportunidades nacionais é refratário às demandas dos movimentos sociais (Della Porta e Kriesi, 1999). De outro lado, pelo aumento do poderio das redes transnacionais neoconservadoras que disputam os significados e recursos internacionais (Corrêa, 2018; Ballestrin, 2020) e têm demonstrado que a atuação feminista nesses espaços é indispensável. Nesse sentido, há um crescente abandono de perspectivas que consideram autonomia e institucionalidade de modo dicotômico e excludente.

Além disso, é comum entre os avanços dos movimentos feministas nas últimas décadas do século XX, a inserção do conceito de gênero no sistema onusiano, a compreensão da violência contra as mulheres para além da violência física doméstica, bem como a própria afirmação de que os

direitos das mulheres são direitos humanos<sup>3</sup>. Em larga medida, essas conquistas foram resultado dos movimentos feministas latino-americanos (Marino, 2022). Desde esse período, além do feminismo liberal, a atuação dos feminismos negros (Carneiro, 2011) e pós-coloniais (Ballestrin, 2021) foi fundamental na consolidação da agenda internacional que reconheceu a violência contra as mulheres como um problema global e que afeta a todas.

Assim, podemos nos aproximar dos protestos com características feministas do século XXI, como aqueles promovidos pelo NUM, como respostas às diversas crises (econômicas, climática, políticas, dentre outras), ao mesmo tempo que sinalizam os limites das estratégias políticas *mainstream* dos feminismos onguicizados do final do século passado (Alvarez, 2022). “Essas políticas deixaram quase intactas as dimensões cotidianas, corporificadas, sexuadas e estruturais do heteropatriarcado racial neoliberal, justamente as dimensões que figuram entre as reivindicações centrais [...]” (p. 5).

Ao considerar as primeiras décadas do século XXI, a autora argumenta que seu conceito de “campo discursivo de ação” não dá mais conta de compreender os feminismos latino-americanos, diante da drástica expansão e horizontalização dos feminismos

(Alvarez, 2019). Quando passa a observar os movimentos da região na primeira metade da década de 2010, Alvarez (2019) utiliza a nomenclatura de *side streaming* feminista, para destacar os *streams*, traduzível também como vertentes, fluxos ou entrecruzamentos que se constroem nas práticas e discursos feministas de modo horizontal e que têm emergido não apenas de locais que se nomeiam como feministas, mas também de outros espaços da sociedade civil (Alvarez, 2019).

O termo, em inglês, faz um trocadilho com o *mainstream*, que na linguagem da ONU diz respeito a um movimento feminista verticalizado, em direção aos Estados e outras organizações tradicionais; enquanto o *side streaming* prioriza os cruzamentos, conflitos e confluências dos diversos feminismos (Alvarez, 2019). Mais do que plurais, Alvarez (2019) demonstra que os feminismos atuais são mini situados e internamente hiper heterogêneos.

Por esse motivo, cada vez mais se considera a importância de pensar as fragmentações e articulações dos movimentos sociais da região como tecidos construídos (Cabezas González, 2014). Bem como, se percebe a ampliação de abordagens interseccionais no campo dos feminismos. Por interseccionalidade, nos referimos a perspectivas que

---

3 É necessário reconhecer que se torna cada vez mais notório que estas mudanças no cenário internacional não produziram agendas estáveis de direitos. Em especial, a partir do século XXI, questionamentos às concepções de gênero no campo dos direitos humanos e alianças espúrias de atores internacionais conservadores produziram, a partir do mito da “ideologia de gênero”, campanhas violentas que colocam em risco as garantias de igualdade no campo internacional dos direitos humanos e dificultam o seu aprimoramento (Corrêa, 2018; Gago, 2019).

consideram a simultaneidade das desigualdades produzidas a partir de aspectos estruturais distintos, como o gênero, a raça, a classe, a sexualidade, dentre outros (Collins, 2019; Kyrillos, 2024). Retornaremos a esse aspecto na próxima seção, quando analisaremos o caso do NUM.

### **UM “NOVO INTERNACIONALISMO” FEMINISTA A PARTIR DO COLETIVO *NI UNA MENOS***

O NUM surge na literatura de diversos modos, tais como: movimento, coletivo, ação social, rede, rede feminista transnacional, manifestação, grito e protesto. Muitas vezes, sem que se tenha explicitado o motivo pelo qual lhe chamam de um modo ou de outro. A insígnia “*Ni Una Menos*” é inspirada no poema da escritora e ativista dos direitos humanos Susana Chávez Castelo, publicado em 1995. Seu poema com a frase “nem uma morta mais” era uma denúncia

dos assassinatos de mulheres em Juárez<sup>4</sup>, México, onde ela também foi morta em 2011. Em nome de Susana Chávez, um grupo de escritoras iniciou no dia 26 de março de 2015 uma maratona de leitura em Buenos Aires, para desnaturalizar a violência contra as mulheres, mesmo dia no qual se somou a notícia da morte da jovem Daiana García ao alto número de feminicídios<sup>5</sup> no país (Lenguita, 2021). Dessa maratona de leitura e da inconformidade com os recorrentes casos de feminicídios que frequentemente resultavam na impunidade dos violadores e condenação midiática das vítimas, é realizada uma manifestação no dia 03 de junho de 2015, tida como o pontapé inicial do que virá a ser conhecido como NUM (Lenguita, 2021).

O estopim para esta mobilização foi o tweet de 11 de maio de 2015, escrito pela jornalista Marcela Orjeda, em razão da notícia do assassinato da jovem Chiara Páez de 16 anos que, ao se negar a fazer um aborto,

4 Conhecidos como os feminicídios em Juárez, são casos de brutais assassinatos de mulheres, em sua maioria jovens, comumente precedidos de sequestro e violência sexual, ocorridos na cidade de Juárez, localizada no estado de Chihuahua, no México. A frequência e semelhança de padrões nos casos fizeram com que se recorresse ao termo feminicídio como modo de expressar a especificidade desses assassinatos. De acordo com Segato (2020), estes compõem o caso mais duradouro de ataques às mulheres com o mesmo *modus operandi* em tempos de paz, e estão relacionados com a acumulação econômica de algumas famílias da cidade de Juárez, em conjunto com atos ilícitos resultantes de um neoliberalismo global feroz, na fronteira de tráficos mais lucrativa do mundo: drogas e corpos.

5 Utilizamos o termo feminicídio como tem sido empregado por parte da literatura e do ativismo feminista latino-americano, principalmente em razão dos feminicídios da cidade de Juárez (sobre isso, ver nota anterior). Isso significa entender o feminicídio como sendo o assassinato de mulheres em razão de sua condição de mulher e que ocorre em decorrência da omissão e negligência do Estado, ainda que possuam especificidades em cada caso concreto (Caicedo-Roa *et al.*, 2022). No geral, considera-se que feminicídios são mortes violentas de mulheres por serem mulheres, enquanto feminicídios inclui esse aspecto, mas também os elementos de gênero que compõem as razões desses crimes contra as mulheres; ainda assim, é comum na literatura que ambos os termos (femicídio e feminicídio) sejam utilizados de modo intercambiável (Laudano, 2023).

foi assassinada por seu namorado (Natalucci e Rey, 2018). Em uma tradução livre, a postagem na rede social pessoal da jornalista dizia: “Atrizes, políticas, artistas, empresárias, referenciais sociais... mulheres, todas, bah: não vamos levantar nossas vozes? ESTÃO NOS MATANDO” (Laudano, 2019, p. 154). A partir desse apelo, outras dez mulheres responderam e construíram ali a proposta de realização de uma ação contra os feminicídios, a ocorrer em Buenos Aires no dia 03 de junho (Laudano, 2019). O protesto foi organizado por 23 dias e, nesse período, ocorreu o lançamento da convocatória que se espalhou por cerca de 120 cidades argentinas, alcançando também outros países, em especial o Chile e o Uruguai (Natalucci e Rey, 2018).

A chamada para o protesto pelas redes sociais rapidamente chegou naquele grupo de mulheres que tinham participado da maratona de leitura, ao mesmo tempo em que alcançou organizações feministas (Natalucci e Rey, 2018). Isso é um indicativo de como o chamado para o protesto de 3 de junho de 2015 não surgiu de organizações feministas ou de organizações de mulheres já existentes. Isso não significa dizer que o 3J de 2015 (como foi nomeado pelo movimento) não seja tributário das ações anteriores dos movimentos de mulheres e feministas do país. Apesar da importância do tweet de denúncia e do desabafo da jornalista, já existiam ações de ciberativismo feminista com foco na publicização dos casos de violência contra mulheres e convocatórias de protestos nas ruas para denunciar essas violências (Laudano, 2019).

A própria Marcela Orjeda reconhece que as condições para que o tweet fosse escrito e tivesse o impacto que alcançou tinham sido construídas ao longo de décadas de ativismo de mulheres (Pousadela, 2023).

Para Liz Mason-Deese (2020), *Ni Una Menos*, além de ser uma hashtag, é também um coletivo organizador formado por jornalistas, artistas, acadêmicas(os) e escritoras(es). Além disso, é um movimento maior, composto por mulheres de diversas classes sociais, que lutam contra a violência de gênero (Mason-Deese, 2020). Enquanto Ana Natalucci e Julieta Reys apresentam que:

*Ni Una Menos* tem várias conotações: é uma manifestação em termos de repertório, é uma consigna e, também, um campo no qual se articulam coletivos de mulheres, organizações profissionalizadas, ativistas e mulheres sem pertencimento orgânico, nem trajetórias prévias que se incorporaram ao ciclo. Nos cruzamentos dessas conotações, configurou-se uma arena pública em torno do problema de gênero, capaz de condensar experiências de vida e tradições militantes/ organizativas anteriores, dando lugar a uma renovação das formas de participação, dos repertórios de ação e das formas de pensar o feminismo. (Natalucci e Rey, 2018, p. 17, sem grifo no original, tradução livre)

Por essas características, as elaborações teóricas tradicionais sobre movimentos sociais não são capazes de explicar integralmente o NUM (Natalucci e Rey, 2018). Assim, as autoras destacam a particularidade do 3J de 2015 não ter sido convocado por uma organização específica. Inicialmente, a mobilização nas redes sociais foi impulsionada por

jornalistas, em sua maioria, desvinculadas de organizações de mulheres ou feministas (Natalucci e Rey, 2018). No mesmo sentido, Bernardo Sorj (2016) indica que o NUM surge à margem de organizações estabelecidas anteriormente, ainda que seja produto de um século de lutas anteriores pelos direitos das mulheres. Esse modo de emergência do NUM faz com que se entenda que as ONGS não foram as protagonistas desse movimento (Sorj, 2016), o que já nos indica uma característica peculiar com relação à força política da organização dos feminismos na década de 1990 na região.

Na mesma obra organizada por Bernardo Sorj e Sergio Fausto, outro texto, ao analisar o surgimento do NUM e o primeiro 3J, destaca como o sentido público atribuído aos eventos promovidos pelo movimento transcendeu as intenções das pessoas que inicialmente o impulsionaram, questionando, assim, a própria definição de organizadoras (Annunziata *et al.*, 2016). O fato delas não serem um grupo previamente organizado, não pertencerem a organizações já existentes e nem mesmo todas se conhecerem<sup>6</sup> pessoalmente, fez com que em parte a composição desse grupo “organizador” tivesse um aspecto de acaso, a depender de quem estava online no momento do tweet de Marcela Orjeda (Annunziata

*et al.*, 2016). Este texto apresenta o NUM principalmente como um movimento cidadão, ressaltando a fluidez dos atores e a predominância de uma lógica de cidadania (em contraste com a organização a partir de atores de movimentos sociais ou ONGS). Além disso, destaca o papel das redes sociais na amplificação e na construção de sentidos públicos para a mobilização que foram além daqueles estabelecidos pelo grupo que a impulsionou (Annunziata *et al.*, 2016).

Apesar desta compreensão aparentar coerência com o NUM de 2015, não parece se sustentar totalmente quando se acompanha o desenvolvimento do coletivo ao longo dos anos. Especialmente ao considerar que não tardou para se complexificar essa dinâmica de participantes individuais convocadas(os) pelo meio online. Isso se deu pelo uso das assembleias presenciais, enquanto espaço de construção coletiva das reivindicações, dos modos de organização e das próprias práticas intersubjetivas de quem participa do NUM.

Brenda Marques (2019), ao considerar o início do NUM, em especial desde o 3J de 2015 até a greve de outubro de 2016, classifica-o como uma rede feminista transnacional e aciona um arcabouço teórico feminista de Relações Internacionais. Ela argumenta que o NUM, entre 2015 e 2016, já era uma

---

6 Vale destacar que existia previamente ao tweet impulsionador da mobilização, um grupo no Facebook intitulado *Ni Una Menos*, que organizou a maratona de leitura em março de 2015, no qual apenas algumas das jornalistas que promovem o chamado para a mobilização do 3J participavam (Annunziata *et al.*, 2016). Alguns textos se dedicam a analisar as especificidades para as mobilizações e o próprio surgimento do NUM em razão das diferenças das plataformas digitais Facebook e Twitter, sobre isso, ver: Annunziata *et al.* (2016) e Laudano (2019).

rede feminista ciberativista transnacional, dado o amplo alcance das campanhas online e da realização de protestos com a criação de ações e grupos em distintas localidades na Argentina e em vários países da América Latina, com o mesmo nome de NUM e com o propósito comum de enfrentamento das violências de gênero (Marques, 2019).

Ilse Scherer-Warren (2006) oferece uma conceituação do que são redes de movimentos sociais. Para isso, ela organiza a sociedade civil em três níveis a partir dos interesses e valores que encadeiam e os modos como articulam suas demandas por justiça social. O primeiro é o associativismo local, o segundo os associativismos intergovernamentais e o terceiro nível, aquele no qual as mobilizações resultam:

... da articulação de atores dos movimentos sociais localizados, das ONGs, dos fóruns e redes de redes, mas buscam transcendê-los por meio de grandes manifestações na praça pública, incluindo a participação de simpatizantes, com a finalidade de produzir visibilidade através da mídia e efeitos simbólicos para os próprios manifestantes (no sentido político-pedagógico) e para a sociedade em geral, como uma forma de pressão política das mais expressivas no espaço público contemporâneo. (p. 112)

Nesse sentido, redes de movimento social são articulações voltadas para a mobilização na esfera pública e produzidas por distintos agentes, como diferentes movimentos sociais, universidades, comunidades e igrejas (Scherer-Warren, 2006). Essa elaboração conceitual é anterior ao surgimento do NUM

e se deu a partir da observação e análise dos movimentos sociais do final da década de 1990 e início dos anos 2000, principalmente na América Latina. Então, se parte dela parece fazer sentido para compreender o NUM, especialmente o elemento do protesto público como modo de pressão política e da diversidade de agentes envolvidas(os), a ausência de um grupo articulador inicial que fosse composto por “[...] atores dos movimentos sociais localizados, das ONGs, dos fóruns e redes de redes [...]” (p. 112) parece afastar o NUM dessa conceituação.

Por outro lado, ao considerar o NUM contextualizado no campo feminista argentino e ao longo dos anos (e não apenas seu surgimento em 2015), María Piccone (2020) o entende conceitualmente como uma rede de movimentos, em razão da articulação do grupo promotor do coletivo NUM com outras pessoas e grupos feministas do país, que atuavam em “estado de latência” antes da convocatória. Nessa perspectiva, a autora incorpora o grande transbordamento da proposta inicial das organizadoras, ao analisar os movimentos feministas argentinos como redes de movimentos, e visibiliza os pontos de encontro com outras organizações, como os movimentos por direitos humanos e os sindicatos.

A articulação, a partir das redes sociais e dos meios de comunicação online, e o alcance internacional de ações como datas e greves de mulheres coordenadas simultaneamente reforçam o aspecto internacional que as iniciativas do coletivo alcançaram (Piccone, 2020). Assim, seria também uma rede de movimento transnacional.

É relevante, portanto, retomar a conhecida definição de Rawwida Baksh e Wendy Harcourt (2015) de Movimentos Feministas Transnacionais. As autoras os entendem como coalizões fluidas de organizações, redes, campanhas e *advocacy* em defesa dos direitos das mulheres e da igualdade de gênero para além dos limites do Estado-nação, possível especialmente a partir dos avanços tecnológicos e o aprofundamento da globalização que permitiu a comunicação entre feministas e os questionamentos sobre suas realidades locais e transfronteiriças.

De modo complementar, a definição de transnacionalidade de Thomas Davies e Alejandro Peña (2019) indica que não se trata mais da existência de vínculos estruturais ou cadeias estáveis de colaboração entre agentes além das fronteiras, mas sim, de processos semânticos e simbólicos que permitem que eventos de movimento influenciem outros atores sociais e se conectem a dinâmicas mais amplas ao longo do tempo e espaço.

Trata-se, então, de considerar as mudanças no modo de circulação dos fazeres feministas em um âmbito internacional nas últimas décadas. Já que, como mencionado anteriormente, a visibilidade e a força do ativismo feminista na década de 1990, em um âmbito transnacional, foram, em grande medida, um reflexo do ativismo direcionado às instituições governamentais e

intergovernamentais como a ONU, grande parte de seu sucesso veio da capacidade das ativistas de atuarem dentro e fora dessas instituições (Baksh e Harcourt, 2015).

Portanto, não é exclusividade do século XXI entender as reivindicações de movimentos sociais como multinível. Conforme Martina Ferretto (2024), o que atualmente costuma-se denominar como ação coletiva transnacional tem origem nas primeiras articulações das campanhas antiabolicionistas, dos movimentos de combate ao apartheid, contra o imperialismo colonial e em prol do sufrágio das mulheres e da luta pela paz, entre o final do século XIX e o início do século XX. Nesse contexto, os Estados nacionais são os principais destinatários e interlocutores das ações coletivas, o que irá se transformando ao longo do tempo e do avanço da globalização (Ferretto, 2024).

Portanto, parece haver especificidades na atualidade. Donatella della Porta (2021) aborda como as conexões em um nível transnacional dos movimentos sociais mudaram ao longo do tempo, assim como os canais pelos quais circulam as ideias entre os movimentos de diferentes países. A autora analisa três ciclos de protestos transnacionais a partir dos anos 2000, nomeando-os como: (1) Movimento por Justiça Global, (2) Protestos anti-austeridade e (3) *Hot Fall* de 2019. Os protestos do NUM são incluídos neste terceiro ciclo, destacando-se por

---

7 A autora utiliza expressões como *hot fall* e *hot autumn* que significam “outono quente” ou “outono intenso” e que servem tanto para se referir ao clima, quanto a eventos políticos de agitação social significativos. Considerando que inclui mobilizações de denúncia da crise climática, o trocadilho funciona muito bem. Contudo,

ser parte recorrente de dias de protesto de alcance global (Porta, 2021). Para a autora, embora os protestos deste ciclo apresentem características nacionais particulares, todos compartilham a expressão de indignação contra um desenvolvimento capitalista global que intensificou as desigualdades sociais e limitou direitos.

Ao analisar cada ciclo pelos modos de difusão de suas reivindicações no espaço e no tempo, Donatella conclui que a difusão também ocorreu no terceiro ciclo, com protestos que têm início em âmbito nacional e rapidamente se espalham por meio de dias globais de ação, com ondas massivas de manifestações em diferentes países, conectando-se transnacionalmente através da expressão de solidariedade recíproca (Porta, 2021). Em todos os casos desse ciclo e, portanto, também no NUM, a difusão das reivindicações ocorre quase que de forma automática, através de um ambiente midiático denso, em que a informação se espalha globalmente por meio da interação entre mídias tradicionais e novas. Marchas multitudinárias e formas massivas de desobediência civil, além de, às vezes, greves gerais, não só refletiram a propagação do descontentamento, mas também contribuíram para seu alastramento (Porta, 2021).

Nessas perspectivas, parece seguro concluir que o NUM é um movimento transnacional, razão pela qual Brenda Marques

(2019) o entende como parte desse tipo de ativismo baseado em uma identidade-solidariedade internacional, que é diferente de estratégias mais conhecidas como o *advocacy* em organizações institucionalizadas. Trata-se de compreender o NUM como uma rede que se aproxima das tendências de descentralização organizativa comuns em novas ações coletivas (Marques, 2019; Kyriillos, 2022).

De um modo geral, a literatura concorda que o aspecto internacional dos protestos atuais não tem as mesmas características estruturais das articulações feministas precedentes – como as citadas na seção anterior. Por isso, ações como as do NUM têm sido pensadas como partes/produtoras de um “imaginário global”, com seus “múltiplos processos de apropriação e tradução de imagens, textos e consignas” (Alvarez, 2022, p. 11), horizontais e difusas. Donatella della Porta (2021) nomeia como difusão de imaginários e práticas de protesto ao longo do tempo e entre diferentes países.

Conforme Tesoriero (2019), ainda que saibamos que os feminismos são historicamente internacionais, há atualmente um novo internacionalismo com características específicas, a partir do qual algumas vezes se consegue coordenar atividades por meio de consignas semelhantes nos mesmos dias, com atuação direta entre ativistas de distintos lugares, inclusive por meio de grupos de

---

é curioso observar que outubro é primavera na América Latina, local de origem do NUM, movimento que a autora inclui nesse ciclo. Isso se dá, possivelmente, porque ela está tomando como referência principal em sua análise os protestos que ocorreram na Europa nesse período sob a designação de NUM.

trabalho de comunicação online para datas específicas. Para a autora, esse internacionalismo se renova em três momentos: com as Marchas de Mulheres, com o chamado para a greve internacional de mulheres e com o Grito Global pelo Aborto Legal, em 28 de setembro de 2017.

Em 19 de outubro de 2016, ocorreu a primeira greve<sup>8</sup> nacional de mulheres na Argentina. A proposta da greve surgiu no Encontro Nacional de Mulheres<sup>9</sup> que aconteceu no mesmo ano, em Rosário, quando se tomou conhecimento do assassinato de Lucía Pérez, violentada sexualmente e empalada até a morte (Gago, 2018). Essa primeira greve foi organizada pelo NUM em conjunto com outras 50 organizações (Rossi, 2022). Esse movimento de greve, organizado em apenas uma semana, tornou esta a primeira de outras greves, como a do 8 de março de 2017, replicada em outros 8M (como é conhecida a data).

Assim, 3J se tornou uma data de protestos principalmente na Argentina, diretamente em razão do surgimento do NUM.

Mas as mobilizações pelos 8M, evidentemente muito anteriores ao NUM, transformam-se a partir do uso estratégico do repertório da greve pelos feminismos. Isso decorre da influência internacional do movimento de Greve de mulheres que ocorreu no mesmo ano na Polônia, bem como pela ação de distintos coletivos e organizações argentinas. Para Gago (2018), compreender a greve como um processo, e não um fato isolado, implica reconhecer que, na Argentina, ela se nutriu do NUM e produziu um salto no modo de politizar e rechaçar as violências. Mesmo internacionalmente, a greve feminista e o NUM aparecem atrelados principalmente pela repercussão e impactos nos movimentos feministas globais (Arruzza *et al.*, 2019).

A greve internacional do 8M de 2017 é um exemplo notório desse caráter internacional mencionado anteriormente: pela primeira vez toda a América Latina esteve em greve (com exceção de Cuba), demarcando um movimento regional construído

8 Em espanhol, no geral utilizam o termo *paro general*, algo semelhante a paralisação geral em português. Contudo, o significado reivindicado pelo movimento está mais próximo do nosso conceito de greve geral. Tanto é assim, que na tradução do livro de Veronica Gago (2020) para o português, também se optou por traduzir *paro* como greve, por ser parte da proposta feminista a ampliação do que se entende por greve.

9 O primeiro Encontro Nacional de Mulheres (*Encuentro Nacional de Mujeres*) ocorreu em 1986 e continua acontecendo anualmente de modo autônomo, autofinanciado e autoconvocado (Tarducci, 2005; Herrera, 2017; Caimmi, 2021). O processo de autoconvocação dos Encontros promoveu a inclusão de mulheres de diversos setores sociais, como feminismos, sindicatos, partidos políticos e academia (Lengueta, 2021). Esse mecanismo também ampliou significativamente a participação. No final da década de 2010, ocorreu uma campanha para que o Encontro passasse a ter um nome mais inclusivo e abrangente (Caimmi, 2021) e depois de diversos debates e disputas, em 2023 passou a se chamar Encontro Plurinacional de Mulheres, Lésbicas, Trans, Travestis, Bissexuais, Intersexuais e Não Binários (*Encuentro Plurinacional de Mujeres, Lesbiana, Trans, Travestis, Bissexuales, Intersexuales y No Binaries*).

por meio de assembleias, massificação e radicalização feminista (Palmeiro, 2019).

Na verdade, esse não foi um processo restrito à região latino-americana. Conforme analisado por Giardini (2021), transformar os feminicídios não apenas como uma questão de gênero se tornou uma ferramenta para reinterpretar as condições de vida em escala global. Isso possibilitou a produção de diagnósticos sobre os modos destrutivos das políticas econômicas e financeiras com efeitos para todas as pessoas, e com peso desproporcionalmente maior sobre as mulheres, exercendo violências não apenas sobre a vida humana, mas também a não humana (Giardini, 2021).

Em sentido semelhante, Natália Souza (2019) demonstra como nesse contexto feminista latino-americano ocorreu a politização do lugar que o corpo ocupa na arena política e possibilita uma reconceitualização da política a partir das violências e dos feminicídios. Assim, ressignificam a violência contra as mulheres como parte do sistema colonial-moderno (Segato, 2020). Isso faz com que a violência de gênero seja cada vez menos entendida como uma questão privada entre homens e mulheres e mais como um sistema que estrutura essas relações (Souza, 2019). Ao passo que a resistência

feminista do NUM se dá pela construção coletiva de reflexões não apenas sobre como os corpos feminizados são afetados pela violência de gênero, mas, sobretudo, sobre como sua materialidade pode ser o próprio marco pelo qual a resistência política se reconstrói (Souza, 2019).

Por esse motivo, Giardini (2021) argumenta que desde o princípio o NUM, além de denunciar as violências contra as mulheres, reformulou análises sistêmicas anteriores, fazendo isso ao mesmo tempo em que produzia novas práticas que redefinem a política em si (Giardini, 2021). Uma dessas análises sistêmicas existentes, elaborada na década de 1970, reivindicou pagamento para o trabalho reprodutivo, internacionalmente conhecida pela ação do movimento *Wages for Housework* (Salários para o Trabalho Doméstico), cofundado por Silvia Federici<sup>10</sup>. Para Giardini (2021), as reflexões sobre esse tema que emergem no NUM geram uma reivindicação coletiva diante das questões da exploração capitalista. Isso é feito através da compreensão da violência contra mulheres e dissidências de gênero, permitindo uma análise que entrelaça aspectos econômicos, éticos e simbólicos, que supera a dicotomia entre uma crítica da economia política centrada na exploração

---

10 A trajetória e importância desse movimento escapa ao escopo deste artigo. Contudo, vale ressaltar sua relevância na produção do debate sobre o que é entendido como trabalho nas sociedades capitalistas. Além disso, antes de ser uma reivindicação por um valor a ser pago (salário), tratou-se de uma demanda política, capaz de demonstrar a relação da desvalorização do trabalho reprodutivo com a violência contra as mulheres, percebendo que a demanda pelo salário para trabalhos reprodutivos não é uma busca por inclusão das mulheres nas relações capitalistas, dado que nunca estivemos fora delas (Federici, 2019). Sobre isso, ver: Silvia Federici (2017, 2019).

e abordagens culturalistas focadas na dominação.

A transnacionalização do NUM não foi uma reprodução das lutas argentinas em outros espaços, posto que cada país e região adaptou as estratégias e os conteúdos de acordo com as particularidades locais (Makki, 2023) – em um processo que pode ser pensado a partir do conceito de tradução política de Cecília Palmeiro (2020). A variedade que essas construções e reelaborações que partem do NUM têm alcançado no processo de transnacionalização permite inclusive ações e análises direcionadas a organizações *mainstream* como a ONU e sua agenda de Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), demarcando a diversidade que as pautas e estratégias têm alcançado (Makki, 2023).

Para Cecília Palmeiro (2020), no NUM há um “internacionalismo situado territorialmente” que se dá por meio do processo de tradução política.

Por tradução política, refiro-me a um fluxo de tradução espontâneo e coletivo entre diferentes línguas nacionais e regionais, entre linguagens visuais e verbais, entre diferentes níveis de uma língua (do cotidiano à linguagem teórica e vice-versa), incluindo a poesia e as linguagens das redes sociais, do discurso público e as linguagens corporais dos protestos sociais. Meu argumento é que essa ideia de tradução política pode descrever as lógicas da nossa rede ativista; levando em consideração o fato de que Ni Una Menos é uma hashtag, o nome de um coletivo, o nome de um movimento social mais amplo, uma reivindicação,

uma utopia, uma palavra-chave, uma senha, uma declaração de solidariedade e um grito de guerra coletivo. Ni Una Menos, como uma formulação que vem da poesia, foi condensada e transformada em uma hashtag – uma tradução da poesia para um slogan de mídia social e uma palavra-chave histórica. (p. 2, tradução livre)

Para a autora, as práticas organizativas sem hierarquia e centralização oportunizaram a ativação de uma “[...] inteligência coletiva que transcende a capacidade de qualquer indivíduo e liberta a imaginação social das limitações da individualidade, da autoria e da privatização da linguagem e das noções” (Palmeiro, 2020, p. 4, tradução livre). A autora vincula essa inteligência coletiva às epistemologias feministas e às produções feitas nas assembleias públicas, nas quais não apenas é gerado um discurso comum, como também é produzido um conhecimento compartilhado, por meio de um método experimental de criação de conhecimento fora das instituições acadêmicas (Palmeiro, 2020). Essa perspectiva remete às comunidades epistêmicas, definidas na literatura de Relações Internacionais desde os anos 1990 como grupos e redes de especialistas que atuam em um tema comum para influenciar a opinião pública e as políticas internacionais (Ferretto, 2024). Contudo, nos novos modos de produção epistêmica como aquelas realizadas a partir do NUM, essas redes não são necessariamente tão estruturadas quanto eram no passado, inclusive em razão da facilidade com que as ideias circulam pelas redes sociais e internet. Além

disso, suas produções se dão, em grande parte, em âmbitos coletivos e não acadêmicos, como as assembleias.

No que diz respeito ao caráter de ciberativismo presente no NUM, destaca-se a desterritorialização do movimento a partir de massivas mobilizações que surgem nas redes sociais com hashtags, como a própria *#NiUnaMenos*. Claudia Laudano (2019) traça uma genealogia do aspecto dual entre o digital e o presencial nas mobilizações e nos espaços de organização do NUM. A autora demonstra como essa relação produz repercussões internacionais e sofre influência externa, indicando o alcance do NUM para além das fronteiras argentinas, mas também os limites dessas ferramentas em um cenário de desigualdade no acesso às tecnologias da informação que tende a produzir novas distorções sobre quem consegue falar e ser ouvida, e quais ações coletivas e trajetórias de movimentos de mulheres são eclipsadas (Laudano, 2019).

Um aspecto que não se pode esquecer é que o internacionalismo a partir do NUM surge do sul global. De acordo com Palmeiro (2020), o mencionado processo de tradução é também produtor de uma nova linguagem e força política e se nutre do desejo que atravessa línguas e fronteiras, de modo que *#NosMueveElDeseo* (*#NosMoveODesejo*) é uma das hashtags adotada por múltiplos grupos e coletivos em todo o mundo (Palmeiro, 2020).

Além disso, não se pode perder de vista que as expressões nas redes sociais são fruto de uma dinâmica constante entre offline e online. Quando Veronica Gago aborda

a greve internacional feminista do 8M de 2017, ressalta esse aspecto, ao reconhecer que:

Companheiras em distintos lugares do mundo fazíamos coisas parecidas ao mesmo tempo, coordenadas por palavras de ordem e instituições, *por práticas e por redes tecidas há muito tempo*, e também por gestos que nem sabíamos que habitavam em nós. Estávamos imantadas por um estranho sentimento compartilhado de fúria e cumplicidade, de potência e urgência, mas, sobretudo, estávamos deslumbradas pela surpresa dessa coordenação múltipla e efetiva. Funcionamos conectadas por imagens que se acumulam como senha: das ruas, passavam às redes sociais e, das redes, às nossas retinas, construindo-se como parte de *uma imaginação transnacional*, multilíngue. Tecemos, com o horizonte daqueles dias, um *novo internacionalismo*. (Gago, 2020, pp. 47-48, sem grifo no original)

Essa nova imaginação ou novo internacionalismo não se restringe a ações feministas – nem mesmo em seu sentido interseccional. Para Sonia Alvarez (2022, p. 10), há uma contaminação mútua entre os protestos feministas e os demais protestos atuais, que produzem novos tipos de lideranças “mais fluidas e mais ‘networked’, ou mais ‘en-redadas’”. Para ela, devemos considerar essas formas mais fluidas, recombinantes e vibrantes de protestos como uma antecipação das novas configurações dos movimentos sociais. Atualmente, os modos de expressar demandas e afirmar direitos podem se assemelhar mais a *assemblagens* ativistas, “que combinam protesto fluido

e, às vezes, explosivo, com expressões co-reografadas virtualmente e organizações sólidas, porém mais transitórias e menos ‘pesadas’ organizativamente” (p. 14).

Nesse sentido, apesar dos limites no uso das tecnologias da informação, a notoriedade do NUM e dos feminismos em âmbito internacional está relacionada com a capacidade de comunicação das demandas, sendo o uso das redes sociais importante nesse processo, assim como a renovação das práticas organizativas (Lenguita, 2021).

Portanto, se um dos aspectos basilares do NUM foi sua inserção em um campo mais amplo de circulação internacional de reivindicações feministas pelos meios de comunicação online e redes sociais, o outro elemento fundamental parece ter sido a capacidade de renovação das práticas locais organizativas. Em especial, ao reforçar o uso de práticas *asamblearias*<sup>11</sup>, já conhecida dos feminismos argentinos e presente desde o primeiro encontro anual em 1986. Algumas vezes, os elementos que tornam o NUM situado territorialmente”, nas palavras de Palmeiro (2020), recebem menos ênfase nas abordagens mais generalistas sobre movimentos feministas transnacionais que incluem o NUM. Para evitar este equívoco, consideramos importante o reconhecimento de que o NUM surge em um campo feminista particular.

É um feminismo que está organizado mais além de uma concepção liberal, como podemos encontrar pelo Norte global. No nosso caso, o que aqui se entende como feminismo popular – que é ainda um feminismo que está nas organizações sociais, nos sindicatos – é um feminismo que trabalha reforçando a liderança das companheiras que estão no que aqui chamamos de economia popular, a economia que se organiza nos bairros para reproduzir a vida. Isso é algo que não está presente em outros países do Norte. (Luci Cavallero, em entrevista para Correia, 2023)

Assim, o contexto particular dos feminismos argentinos constitui a base para o surgimento do NUM e suas práticas *asamblearias*. Valorizar a importância das assembleias é ir de encontro a perspectivas que consideram possível organizar uma greve feminista apenas de modo virtual ou por chamados em redes sociais:

... a trama da assembleia, com sua repetição obstinada e em diferentes escalas, traz novamente à cena o árduo trabalho do corpo a corpo, do desacordo permanente, do mapeamento em voz alta das experiências divergentes e das dissidências concretas e irredutíveis. A maneira de compartilhar um espaço, de ouvir pacientemente as intervenções e, finalmente, de sustentar essa tensão que pensa sem ser necessariamente produtora de consensos, evidencia que a heterogeneidade não é

11 Utilizamos o termo em espanhol pois “assembleária” ou “assembleário” não são oficialmente reconhecidas no português, ainda que por vezes utilizadas de modo informal, especialmente em discussões políticas ou sindicais para descrever algo relacionado a assembleias ou a um sistema de decisões tomadas em assembleias.

apenas uma questão discursiva. (Gago, 2018, p. 180, tradução livre)

A ausência de estruturas verticais e hierarquizadas nos modos mais contemporâneos dos fazeres políticos feministas na Argentina, diferente de organizações mais tradicionais como sindicatos e partidos políticos, implica em novos esforços organizativos que não coloquem em risco as solidariedades compartilhadas, de modo que “A hierarquia está na horizontalidade construtiva.” (Ferretto, 2024, p. 349, tradução livre).

A fluidez e a ausência de hierarquia não significam a exclusão das participantes do NUM do campo institucional, inclusive do estatal. A partir do primeiro 3J de 2015, novos coletivos feministas populares surgiram e suas fundadoras passaram a ocupar espaços recém-criados dentro das estruturas estatais, promovendo a integração da perspectiva de gênero (Pousadela, 2023). Isso reflete a característica de não exclusão nas práticas do NUM, como se estivesse necessariamente à margem do Estado. A isso, Gago (2020) denominou como não oposição entre um movimento de reforma *ou* revolução, diante da simultaneidade na luta por demandas concretas frente ao Estado e o entendimento de que ele não será a resposta para solucionar o tema da violência. Em outras palavras, reivindicar e conseguir recursos junto ao Estado não são fins em si mesmos, mas parte de outras demandas por transformação que vão além da esfera estatal. Sem ignorar o Estado em sua capacidade política limitada, ele não é

um foco prioritário como espaço privilegiado de transformação social (Gago, 2020).

Isso acontece devido à articulação feminista que, via a interseccionalidade, converte a diversidade em um elemento de resistência e posiciona os corpos das mulheres no cerne desse regime estatal, transformando as mortes e a interferência do Estado nesses processos em questões políticas (Souza, 2019). Deslocam-se as mulheres da condição de objetos-vítimas, subordinadas a uma estrutura estatal patriarcal, para inseri-las via performas no espaço público e em suas variadas esferas, no qual atuam como uma voz ativa que questiona e desestabiliza as noções convencionais sobre o político (Souza, 2019).

Essas características são também importantes para entender os processos de aproximações e distanciamentos entre o NUM e outros movimentos feministas ao longo dos anos, nessas *assemblages* enredadas (nos citados termos de Sonia Alvarez). Isso caracteriza a complexidade dessas construções feministas na região, que não se limitam às fronteiras nacionais.

## CONCLUSÃO

É desafiador produzir análises sobre fenômenos contemporâneos como são as ações dos feminismos latino-americanos nas primeiras décadas deste século. Por esse motivo, uma das estratégias adotadas foi não fixarmos apenas neste período, mas compreendê-las como parte de uma história mais longa de ações organizadas de mulheres e/

ou feministas. Razão pela qual, as últimas décadas do século xx foram fundamentais para entender o cenário internacional dos Direitos Humanos e sua influência nas gramáticas e modos de organizações pelos direitos das mulheres.

Analisar as atuações feministas transnacionais no século XXI, tomando o NUM argentino como fio condutor, possibilitou identificar sua proximidade com as teorias dos movimentos sociais transnacionais, mas também os limites dessa abordagem teórica. Ao se autointitular como um coletivo, o NUM reconhece as influências mútuas no cenário de novos internacionalismos, bem como a importância das práticas *asamblearias* revisadas, como caminho para a construção de consensos em dinâmicas não hierarquizadas.

Assim, entendemos que não se trata de identificar nas práticas do NUM um novo internacionalismo *ou* um antigo, mas um antigo *e* um novo. São ambos. As redes e rituais (ou repertórios) são revisados, justamente porque já existiam redes e repertórios das décadas anteriores. O “imaginário global dos protestos” (Alvarez, 2022, p. 11) se constrói em um cenário internacional de estruturas já adensadas pelos movimentos sociais, movimentos de mulheres e movimentos feministas, em especial, a partir das últimas décadas do século passado. Assim

como o NUM teve tamanho alcance por não ter suas origens apenas em um *post* em rede social, as novas construções de redes de movimentos e de protestos transnacionais ou imaginários globais não se dão fora das práticas e estruturas já existentes e que permanecem ativas. Do mesmo modo, o aspecto local e os processos de renovação dessas estratégias, que no caso do NUM são visíveis especialmente nas assembleias, são as bases dessa experiência que pode ser entendida como glocal<sup>12</sup>.

Nesse cenário, a interseccionalidade tem sido parte das transformações tanto internamente nos feminismos quanto nas aproximações com outros movimentos, como as organizações antirracistas e por direito das pessoas LGBTQIA+. Nesses *side streaming* feminista (Alvarez, 2019), o signo de diversidade e reconhecimento das múltiplas desigualdades que a interseccionalidade carrega está presente e produzindo aproximações entre diferentes movimentos, o que fortalece uma expansão que não se restringe às fronteiras nacionais ou a coletivos e movimentos feministas.

As recentes atuações feministas na América Latina, marcadas por sua dimensão internacional, nos desafiam a recriar lentes teóricas capazes de bem compreendê-las. Este artigo busca contribuir com isto, ao destacar alguns aspectos da relevância e

---

12 O termo glocal é usado para explicar a atuação simultânea dos movimentos feministas transnacionais nos âmbitos global e local, com a solidariedade global influenciando mudanças sociais locais, entendendo que o feminismo opera através de processos relacionais históricos que transcendem fronteiras, desafiando as definições tradicionais de local, nacional e global (Baksh e Harcourt, 2015).

do impacto do NUM argentino para além das fronteiras do país.

## REFERÊNCIAS

- Adami, R. e Plesch, D. (Orgs.) (2022). *Women and the UN: A new history of women's international human rights*. Routledge.
- Alonso, A. (2009). As teorias dos movimentos sociais: Um balanço do debate. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 49-86. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452009000100003>
- Alvarez, S. E. (1998). Feminismos Latinoamericanos. *Revista Estudos Feministas*, 6(2), 265-265. <https://doi.org/10.1590/%x>
- Alvarez, S. E. (2014). Para além da sociedade civil: Reflexões sobre o campo feminista. *Cadernos Pagu*, 43, 13-56. <https://doi.org/10.1590/0104-8333201400430013>
- Alvarez, S. E. (2019). Feminismos en Movimiento, Feminismos en Protesta. *Revista Punto Género*, 11. <https://doi.org/10.5354/0719-0417.2019.53881>
- Alvarez, S. E. (2022). Protestos: Provocações teóricas desde os feminismos. *Polis—Revista Latinoamericana*, 21(61), 128-153. <https://doi.org/10.32735/s0718-6568/2022-n61-1717>
- Annunziata, R., Arpini, E., Gold, T. e Zeifer, B. (2016). Argentina. Em *Activismo político en tiempos de internet* (pp. 35-110). Edições Plataforma democrática.
- Arruzza, C., Bhattacharya, T. e Fraser, N. (2019). *Feminismo para os 99%: Um manifesto*. Boitempo Editorial.
- Baksh, R. e Harcourt, W. (2015). *The Oxford Handbook of Transnational Feminist Movements*. Oxford University Press.
- Ballestrin, L. M. de A. (2020). Feminismo De(s) colonial como Feminismo Subalterno Latino-Americano. *Revista Estudos Feministas*, 28(3). <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n375304>
- Ballestrin, L. M. de A. (2021). Para uma Abordagem Feminista e Pós-Colonial das Relações Internacionais no Brasil. Em *Perspectivas pós-coloniais e decoloniais em relações internacionais* (pp. 179-204). EDUFBA.
- Bringel, B. e Cabezas González, A. C. (2014). Geopolítica de los movimientos sociales latinoamericanos: Espacialidades, ciclos de contestación y horizonte de posibilidades. Em *Anuario de la integración latinoamericana y caribeña 2011*. Universidad de Guadalajara.
- Caicedo-Roa, M., Bandeira, L. M. e Cordeiro, R. C. (2022). Femicídio e Feminicídio: Discutindo e ampliando os conceitos. *Revista Estudos Feministas*, 30. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2022v30n383829>
- Caimmi, N. (2021). Plurinacional y pluridisidente. Las disputas por el cambio de nombre del 34° Encuentro en La Plata, desde un enfoque interseccional. *Revista de Estudios y Políticas de Género*, 3(5), 166-185.
- Carneiro, S. (2011, março 6). Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *Portal Geledés*. <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>
- Collins, P. H. (2019). *Intersectionality as Critical Social Theory*. Duke University Press.
- Corrêa, S. (2018). A “política do gênero”: Um comentário genealógico. *Cadernos Pagu*, 1-16.

- <https://doi.org/10.1590/18094449201800530001>
- Correia, M. (2023, junho 3). Movimento “Ni una menos” e a luta contra o feminicídio. *Agência Pública*. <https://apublica.org/2023/06/ni-una-menos-como-o-3-de-junho-se-tornou-o-dia-de-protesto-contr-o-feminicidio/>
- Curiel, O. (2006). La Red e Mujeres Afrolatinoamericanas y Afrocaribeñas: Un intento de acción política transnacional atacado por la institucionalización. *CEPI- Draft Working Paper*, 1-18.
- Davies, T. R. e Peña, A. M. (2019). Social movements and international relations: A relational framework. *Journal of International Relations and Development*, 24(1), 51-76. <https://doi.org/10.1057/s41268-019-00180-w>
- Della Porta, D. e Kriesi, H. (1999). Social Movements in a Globalizing World: An Introduction. Em D. della Porta, H. Kriesi e D. Rucht (Orgs.), *Social Movements in a Globalizing World* (pp. 3-22). Palgrave Macmillan UK. [https://doi.org/10.1007/978-1-349-27319-5\\_1](https://doi.org/10.1007/978-1-349-27319-5_1)
- Federici, S. (2017). *Calibá e a Bruxa—Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva*. Elefante.
- Federici, S. (2019). *O Ponto Zero da Revolução—Trabalho Doméstico, Reprodução e Luta Feminista*. Elefante.
- Ferretto, M. (2024). Acción colectiva transnacional por el aborto voluntario en América Latina y el Caribe en el siglo XXI. Em *Movimientos sociales en y desde América Latina: Interpretaciones y conceptos para pensar sus saberes, propuestas y conflictos* (pp. 333-372). Verónica Paz Soto Pimentel.
- Gago, V. (2018). Critical Times/La tierra tiembla. *Critical Times*, 1(1), 178-197.
- Gago, V. (2019). Cartografar a contraofensiva: O espectro do feminismo. *Nueva Sociedad*, XXIII(65), 59-75.
- Gago, V. (2020). *A Potência Feminista ou o Desejo de Transformar Tudo*. Elefante.
- Gago, V. (2024, junho). La crueldad como política de Estado. *Le Monde Diplomatique*, 4-5.
- Giardini, F. (2021). Ni Una Menos—Politics on a planetary scale. *Soft Power*, 8(15).
- Gohn, M. da G. (1997). *Teoria dos Movimentos Sociais—Paradigmas clássicos e contemporâneos*. Edições Loyola.
- Cabezas González, M. A. (2014). Anotaciones sobre el tejido feminista latinoamericano: más allá de las genealogías. *Contextualizaciones latinoamericanas*, 11(6), 1-14.
- Herrera, M. I. (2017). Apuntes para interpretar el crecimiento de los Encuentros Nacionales de Mujeres en las luchas colectivas en Argentina. *Utopías 2da. época*, 23.
- Kyrillos, G. (2022). Relações Internacionais e interseccionalidade: Primeiras aproximações a partir de mobilizações transnacionais. *Conjuntura Austral*, 13(63). <https://doi.org/10.22456/2178-8839.123739>
- Kyrillos, G. M. (2024). Interseccionalidade: Proposta de um mapa teórico provisório. *Revista Estudos Feministas*, 32. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2024v32n290290>
- Laudano, C. (2019). #Ni una menos en Argentina: Activismo digital y estrategias feministas contra la violencia hacia las mujeres. Em *Internet e feminismos: Olhares sobre violências sexistas desde América Latina* (pp. 149-173). EDUFVA. <https://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/library?a=d&c=libros&d=Jpm3711>
- Laudano, C. (2023). Acciones colectivas contra la violencia hacia las mujeres en Argentina. Em

- Cuestiones de teoría social contemporánea* (pp. 1214-1236). Universidad Nacional de La Plata, EDULP. <https://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/libros/pm.5867/pm.5867.pdf>
- Lenguíta, P. A. (2021). Rebelión de las pibas: Trazos de una memoria feminista en Argentina. *La ventana. Revista de estudios de género*, 6(54), 48-73.
- Makki, M. G. A. (2023). *Del Ni Una Menos a movimientos y políticas internacionales: Revisión bibliográfica sobre la repercusión internacional del movimiento feminista argentino* [Trabajo de conclusión de grado en Relaciones Internacionales]. Universidad Europea de Madrid.
- Marco, G. D. (2010). Los movimientos de mujeres en la Argentina y la emergencia del pueblo feminista. *La Aljaba*, XIV, 51-67.
- Marino, K. M. (2022). From women's rights to human rights the influence of Pan-American feminism on the United Nations. Em D. Plesch e R. Adami (Orgs.), *Women and the UN: a new history of women's international human rights* (pp. 1-16). Routledge.
- Marques, B. M. (2019). A atuação do movimento Ni Una Menos como rede (feminista) de ativismo transnacional na luta contra a violência de gênero na Argentina (2014-2016). *Fronteira: revista de iniciação científica em Relações Internacionais*, 18(35).
- Mason-Deese, L. (2020). Not One Woman Less—From Hashtag to Strike. *Spheres—Journal for Digital Cultures*, 6, 1-15.
- Natalucci, A. e Rey, J. (2018). ¿Una nueva oleada feminista? Agendas de género, repertorios de acción y colectivos de mujeres (Argentina, 2015-2018). *Revista de Estudios Políticos y Estratégicos*, 6(2).
- Palmeiro, C. (2019). Ni Una Menos: Las lenguas locas, del grito colectivo a la marea global. *Cuadernos de Literatura*, XXIII(46), 177-195.
- Palmeiro, C. (2020). Ni Una Menos and the Politics of Translation. *Spheres—Journal for Digital Cultures*, 6, 1-7.
- Piccone, M. V. (2020). *El Ni Una Menos en el movimiento social feminista de Argentina* [Dissertação de Mestrado]. Universidad Nacional de La Plata. <https://doi.org/10.35537/10915/128606>
- Porta, D. della (2021). Spreading Protests: Changing Paths of Transnationalization of Social Movements. *Alternate Routes: A Journal of Critical Social Research*, 31(1). <https://alternateroutes.ca/index.php/ar/article/view/22511>
- Pousadela, I. M. (2023). Feminists by Default? Women's Rights and Social Change in Argentina. Em *Women's Rights in Movement—Dynamics of Feminist Change in Latin America and the Caribbean* (pp. 15-42). Springer.
- Rossi, A. (2022). *Nunca seremos las mismas—La vida de las mujeres a partir del Ni Una Menos: testimonios de una transformación*. Ediciones Lea.
- Scherer-Warren, I. (2006). Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Sociedade e Estado*, 21, 109-130. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922006000100007>
- Segato, R. L. (2020). *La guerra contra las mujeres*. Prometeo Libros.
- Sorj, B. (2016). Online/offline: El nuevo tejido del activismo político. Em *Activismo político en tiempos de internet* (pp. 7-34). Edições Plataforma Democrática.
- Souza, N. M. F. de (2019). When the Body Speaks (to) the Political: Feminist Activism in Latin America and the Quest for Alternative

- Democratic Futures. *Contexto Internacional*, 41(1), 89-112. <https://doi.org/10.1590/s0102-8529.2019410100005>
- Tarducci, M. (2005). La iglesia católica y los encuentros nacionales de mujeres. *Revista Estudos Feministas*, 13(2), 397-402. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2005000200013>
- Tesoriero, V. (2019). La Marea Verde como nuevo actor político. Cambios en el movimiento feminista argentino. *Plaza Pública—Revista de Trabajo Social*, 22.